

ESCOLA NORMAL RURAL NO SUL DO BRASIL

WERLE, Flávia Obino Corrêa – UNISINOS – flaviaw@unisinós.br

GT: História da Educação / n.02

Agência Financiadora: CNPq

Seguidamente a Escola Normal é discutida sem destaque a finalidades específicas que estão associadas à variação de espaços de docência e à estratificação ocupacional do campo de trabalho. Pode-se explicar a preeminência da Escola Normal sobre tipos específicos de estabelecimentos de formação de professores pela pressão propedêutica ou “movimento generalista”, que é uma força interna dos sistemas educativos (Ringer apud VIÑAO, 2002, p. 67), pela qual instituições e programas aplicados a áreas específicas adquirem caráter geral e acadêmico, de forma que propostas profissionalizantes, com características diferenciadas, progressivamente, se aproximam e adotam traços acadêmicos. A invisibilidade de certos projetos de formação de professores, mesmo que convivendo em um determinado espaço e tempo com outros mais gerais, reitera e privilegia uma Escola Normal desenhada quase sem nuances, em linhas globais e generalizantes. As Escolas Normais Rurais entretanto, são uma variante em termos de formação de professores que existiu entre 1930 e 60. Sua presença é conhecida em São Paulo e no nordeste brasileiro (MONARCHA, 2006), no Ceará, em Pernambuco, no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro (SOUZA, 1994; FIGUEIREDO, 1991; WERLE, 2006). Sua emergência ocorre junto com debates sobre escolas elementares em zonas rurais ocorridos em âmbito nacional nas primeiras décadas do século XX.

Concurso nacional focalizando “Qual o melhor meio de disseminar o ensino primário no Brasil” premia, em 1933, o trabalho de Sud Mennucci - A crise brasileira de educação. Mennucci atribui à herança escravagista e à extrema valorização do mundo urbano, a rejeição e abandono do trabalho no campo, propondo, pela escola rural intimamente articulada ao meio, a reabilitação da zona rural. A criação de condições para que a consciência agrícola se generalizasse e se impusesse frente ao sentimento urbanista, passava pela preparação de professores em um estabelecimento específico: a Escola Normal Rural - ENR

A Associação Brasileira de Educação, ABE, que promoveu várias reuniões nacionais para discutir os problemas da educação, muitas vezes incluiu nos debates a necessidade de criar uma nova escola rural e um novo professor, por meio da ENR. Na 1^a.

Conferência Nacional de Educação da ABE, realizada em Curitiba, 1927, foram defendidas várias teses, dentre elas as que anunciavam a importância do vínculo entre a educação rural, a permanência da população no campo e da urgência da “ressurreição agrícola no Brasil”. A Tese 58 advogava a importância do ensino agrícola prático em escolas rurais reforçando a necessidade de inclusão de noções de agricultura em currículos de escolas normais. Outras teses propunham instrução eminentemente prática, que ensinasse a “explorar os campos, a adubar a terra, a descobrir as águas, a criar gado, ave, abelha, a fazer queijo e manteiga, a extrair, preparar, armazenar e vender o que a natureza dá ao trabalhador humilde mais incansável.” (COSTA, SHENA, SCHMIDT, 1997, p. 195). A 8ª Conferência da ABE, 1942, foi dedicada à educação primária nas pequenas cidades e vilas do interior, na zona rural comum, nas zonas rurais de imigração e nas zonas do alto sertão, constituindo-se como referência no debate acerca da educação rural. Se a importância da educação rural, a vinculação da escola ao meio, a formação pedagógica docente associada a conhecimentos de educação sanitária, higiênica e agrícola eram questões que vinham se configurando desde os anos 30 em âmbito nacional, no Rio Grande do Sul, a escola comunitária teuto-brasileira confessional, também chamada de escola étnica comunitária de área rural, ou simplesmente de escola paroquial, escola de imigração alemã (RAMBO, 1996; KREUTZ, 2005) era uma realidade sempre associada às igrejas evangélica ou católica. No caso de comunidades católicas o padre e as dioceses intervinham nos processos escolares e o professor paroquial, “uma extensão do pároco” (KREUTZ, 2004, p. 23), era animador e formador de comunidades exercendo funções escolares e pedagógicas mas sobretudo, sociais, religiosas e culturais, respondendo, junto a essas comunidades, a objetivos da Igreja Católica (ibidem, p.19). É com o Estado Novo, no final de 1938, com a proibição de o ensino ser ministrado em língua alemã e de estrangeiros manterem-se na direção de escolas, que esta rede de relações comunitárias se altera.

A primeira iniciativa de formação de professores para a zona rural no Rio Grande do Sul foi a Escola Normal de Professores Paroquiais, em Bom Princípio, fundada em 1902 (ibidem, p.213) que não funcionou por falta de candidatos e de sustentação econômica. A Escola Normal Católica fundada em 1923, pela Associação de Professores e Educadores Católicos do Rio Grande do Sul foi uma iniciativa, bem sucedida, funcionando por 16 anos com a finalidade de formar professores católicos para populações de origem germânica,

vinculada ao *ethos* de comunidades rurais de zona de colonização, e ao poder da autoridade eclesiástica (RAMBO, 1996, p. 109). Era uma escola dirigida por jesuítas embora mantida por instituições leigas, inicialmente, a Associação de Professores Católicos e, a partir de 1930, a Sociedade União Popular. Conflitos entre a Cúria, os jesuítas e o clero secular contribuíram para o seu fechamento, em 1939. O Arcebispo era favorável à rápida assimilação dos imigrantes, posição assumida também por luso-brasileiros e teuto-brasileiros de centros urbanos. Com expressiva liderança em comunidades rurais os jesuítas, que a dirigiam, defendiam um ponto de vista diferente, a preservação da língua, o cultivo de tradições e valores alemães como elementos que não impediam aos descendentes de alemães se integrarem plenamente como cidadãos brasileiros.

A Campanha de Nacionalização, iniciada em 1938 foi de grande impacto, no Rio Grande do Sul, não apenas na Escola Normal Católica, mas entre as escolas elementares teuto-brasileiras atingindo toda a rede de formação existente. Um novo contexto se delineava. A nacionalização provocava o fechamento de muitas escolas, podendo-se falar num processo de desescolarização das comunidades do interior, ou, no dizer de Kreutz (2005, p. 88) na instauração de um “ambiente antiescola e antiaprendizagem”. Com o desmantelamento da estrutura escolar paroquial, os professores paroquiais são aconselhados, pelas comunidades em que lecionavam, a se integrarem nas redes de ensino público processo vantajoso por diminuir o ônus das famílias em relação à manutenção da escola e do professor. As versões católicas - acerca das estratégias de integração de teuto-brasileiros na sociedade -, eram competidoras entre si e foram desigualmente contempladas com a nacionalização, prevalecendo a originária dos centros urbanos, vinculada à Cúria sob liderança do Arcebispo, a ponto de o Governo do Estado, afirmar explicitamente, que os bispos estavam colaborando com a obra de nacionalização (SOUZA, 1941, p.17). Portanto, compromissos políticos e ideológicos diferentes instauraram, dentro da própria Igreja Católica, versões da formação do professor rural adversárias entre si, prevalecendo a reforçadora e aderente aos propósitos de nacionalização. Foi neste contexto que a ENR da Arquidiocese foi criada.

O ano de 1940 assiste a uma configuração inusitada do sistema de ensino público. Como esforço para nacionalização e para concomitante subsistência das escolas católicas, o Governo do Estado e a Arquidiocese de Porto Alegre estabelecem um convênio relativo ao

funcionamento destas escolas católicas, privilegiando a necessidade da integral nacionalização do ensino, pela qual se vinham batendo, ambas as partes.

Pelo convênio, assinado pelo Secretário de Educação e Saúde e pelo Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre, em junho de 1940 (UNITAS, 1940, p.138)¹, a Cúria se instituiu mediadora das escolas católicas junto ao poder público assumindo os interesses do governo, controlando escolas e professores, forneceria a lista completa de escolas católicas assumindo a responsabilidade de que nelas seria ministrado ensino rigorosamente nacional afinado com a legislação nacional e estadual. A Arquidiocese teria ampla liberdade de fundar e manter escolas católicas, assegurando-lhes amparo da lei e proteção do Estado. Por intermédio dos párocos² a Cúria procedia à listagem completa das escolas católicas, indicando sua localidade, município, a quem pertencia o prédio escolar, quem era seu diretor, a quantidade de alunos e de turmas. Todos estes dados levantados pelos párocos, os quais tinham que informar também a nacionalidade dos diretores, seu conhecimento da língua portuguesa e se eram merecedores da “confiança absoluta” do pároco (leia-se da Cúria), eram enviados à Secretaria de Educação e Saúde por D.João Becker, o arcebispo. Este convênio³ abriu caminho para que a Arquidiocese promovesse a instalação de várias escolas de formação de professores com o apoio de congregações religiosas, e não mais dos jesuítas como havia ocorrido com a Escola Normal Católica, visando prover a comunidades do interior e de zona de imigração, com professores titulados, portadores de um perfil afinado às políticas da época e fiéis ao catolicismo.

¹ A Revista UNITAS, fonte documental importante desta parte deste capítulo, é publicada pela Cúria Metropolitana de Porto Alegre de 1913 a 1992, acompanhando o mandato de três arcebispos, D. João Becker que assumiu a arquidiocese de 08/12/1912 a 15/06/1946 (SILVA, 2003, p. 229), D. Vicente Scherer, e parte do de D. Altamiro Rossatto. Ao longo dos 80 anos de sua publicação teve periodicidade e especificidade de conteúdo diferenciadas mas, no período abrangido neste estudo, continha todos os atos, discursos e notícias relacionados a ação ministerial do arcebispo, além de notícias religiosas nacionais, internacionais e das dioceses rio-grandenses.

² A articulação entre o púlpito e a cátedra colabora para o reconhecimento da importância das ENRs e constitui-se em importante estratégia de reforçamento das múltiplas atribuições sociais diluídas entre a educação escolar e ações evangelizadoras da Igreja Católica de forma que “cada instituição deveria se aproveitar dos ritos das outras” (TAMBARA, 2005, p. 12).

³ O convênio materializa as conclusões de Tambara (2005, p. 14) de que “na década de 30 do século XX, a Igreja retomou seu papel de colaboradora privilegiada da política governamental, recebendo desta uma série de benefícios mormente no que diz respeito à educação”.

Escola Normal Rural da Arquidiocese

Em 4 de abril 1941, por decreto do Arcebispo Metropolitano, a ENR da Arquidiocese de Porto Alegre foi criada no Instituto Champagnat, dos irmãos maristas⁴, onde hoje está o Colégio Champagnat, *campus* da PUCRS. O local, onde se situava a escola, hoje plenamente urbanizado era, naquela época, área nitidamente agrícola onde funcionava um setor agropecuário com parreiras, cítricos, gado leiteiro, criação de coelhos. A escola oferecia um curso destinado a “alunos não aspirantes à vida religiosa - que provinham do interior e que se destinavam a ser futuros profissionais nas tarefas de agricultura. Era uma espécie de ‘apêndice’ leigo no meio de uma casa eminentemente religiosa” (BALDIN, 1999, p.142). O Normal Rural era desenvolvido em 4 anos, e seus alunos tinham aulas junto com o Juvenato e o Escolasticado da Congregação Marista. As duas primeiras turmas foram compostas por alunos, muitos com curso de Filosofia e Teologia, candidatos ao Seminário Diocesano.

Em circular datada de 1º de outubro de 1941, o Vigário Geral da Arquidiocese dirigia-se aos párocos destacando a importância do professor e da escola recém criada.

Ninguém melhor do que o sacerdote conhece e sente a influência profunda e decisiva que o professor exerce sobre os alunos, influência deletéria ou salutar, de acordo com a orientação que o mesmo seguir no exercício de sua nobre profissão. Nada mais importante, por isso, do que a formação adequada de professores dignos e virtuosos, imbuídos de genuíno amor a Deus e à Pátria. A Arquidiocese ... possui um estabelecimento modelar, no qual, sob as vistas da Igreja e do Estado, são formados os professores que amanhã, serão os plasmadores das almas juvenis das nossas vastas zonas rurais, educando – quer no magistério público, quer no paroquial - a infância gaúcha para o cumprimento exato dos seus deveres familiares e sociais, cívicos e religiosos. Referimo-nos à ESCOLA NORMAL RURAL DA ARQUIDIOCESE DE PORTO ALEGRE que, desde abril último, funciona nesta Capital, anexa ao Instituto Champagnat, sob a direção dos beneméritos Irmãos Maristas.

O curso tinha como objetivo resolver o “problema angustiante do professorado para as escolas paroquiais além de fornecer ao Estado bom número de professores rurais” (UNITAS, 1941). Os párocos eram convidados⁵ a aderir ao projeto de formação, seja colaborando na propaganda do novo estabelecimento junto aos fiéis de suas comunidades, seja atestando a boa conduta moral e religiosa dos candidatos ou acompanhando a aplicação

⁴ Segundo Kreutz (2004, p. 214) os irmãos maristas desde o início do século XX diziam-se dispostos a implantar uma escola normal para formar professores para comunidades rurais de imigrantes. Argumento que este projeto antigo, mas nunca viabilizado, tenha sido talvez o motivo que levou a Cúria a procurar os maristas para a implantação, no contexto dos anos 40, a primeira ENR do Estado

⁵ Mais que um convite era uma obrigação dos párocos a divulgação da ENR, como demonstra este trecho da referida circular assinada pelo Vigário Geral “Compete, pois, ao clero secular e regular e, principalmente aos párocos e demais curas d’alma, providenciar com todos os meios ao seu alcance, para que nossa escola normal, que em 1942 disporá de 104 lugares internos, se torne conhecida e apreciada do povo católico, recebendo das pessoas bem intencionadas o merecido apoio e proteção” (UNITAS, 1941).

dos alunos de sua paróquia, pelas notas que seriam enviadas regularmente tanto aos pais como ao vigário. Se no final do século XIX e início do XX o professor começava o magistério em escolas situadas em zonas rurais ou de população rarefeita, classificadas em 1ª. entrância nas quais a remuneração era inferior àquela auferida nas de 2ª. e de 3ª. entrância (WERLE, 2005), com as ENRs a situação se modifica pois, pelo convênio, o Governo compromete-se a remunerar, diferenciadamente, o professor rural. O Governo propõe criar um quadro de professores rurais do sexo masculino, integrado pelos diplomados das ENR. Duas terças partes dos professores diplomados pela ENR ficariam à disposição das dioceses e um terço à disposição do Estado. Assim o Governo do Estado propunha-se a dar às aulas católicas regidas por um professor diplomado pelas ENR uma subvenção correspondente a 50% do ordenado que pagasse aos professores rurais colocados por ele. A melhor remuneração do professor de zona rural foi tema debatido e defendido no 8º. Congresso e, o convênio reafirmava, no Estado, a proposta de valorização dos professores rurais, pelo difícil acesso e condições precárias das comunidades. Os critérios para ingresso⁶ na ENR eram variados, incluindo ao lado da dimensão intelectual, verificada pelo exame de admissão, a avaliação de condições físicas, de saúde, a personalidade e a verificação da conduta moral e religiosa. O recrutamento se fazia junto a candidatos católicos, que realmente se destinassem ao magistério, preferencialmente originários de zonas rurais. Os selecionados, de famílias de zona rural em precárias condições financeiras, eram em geral, pessoas sem condições de auto-manutenção na escola, o curso implicava em despesas elevadas pois incluía a manutenção completa do aluno, hospedado em regime de internato. A modalidade de bolsa de estudos como forma de custeio de estudantes, mantida pelo poder público estadual, pelas municipalidades ou custeada pelas paróquias, era a alternativa que dava condições de funcionamento à ENR. Os párocos estavam encarregados de divulgar a importância da ENR e as paróquias de manter alguns estudantes, num espírito que articulava responsabilidade evangelizadora e patriótica. Tendo

6 Este trecho é trabalhado com base em Magalhães (1999, p. 70) que afirma a importância de estudar a forma como a instituição escolar procede ao recrutamento de alunos e de considerar a política de acesso e sucesso educativos. Esta discussão encaminha para a compreensão do poder ou de estratégias de autonomia institucional e para dimensionar a identidade da escola na localidade e na região. Portanto neste particular o autor está falando de explicações referentes a oscilações e montante de alunos inseridos, fluxos de saída e até de percursos escolares e da inserção sócio-profissional. De seu ponto de vista há que identificar relações entre oferta e procura, origem geográfica, econômica e sócio-cultural, recrutamento, condições de acesso e saída dos alunos. A singeleza dos dados que obtivemos não nos permite alcançar o nível de aprofundamento do tema sugerido por Magalhães, apenas inspirar a reflexão neste aporte teórico.

sido entregue aos Irmãos Maristas a ENR permanece subordinada ao Arcebispo, podendo-se dizer que a Escola Normal era da Arquidiocese (como o próprio nome indicava) mais do que dos Maristas. Assim, o primeiro diretor da ENR da Arquidiocese, Irmão Eduardo, é nomeado por portaria do Arcebispo, datada de 4 de junho de 1941. A prática de o Arcebispo nomear o diretor do estabelecimento de formação de professores católicos vigia desde 1920 (SILVA, 2003, p. 332). Dentre os poucos registros acerca da escola há a informação de que o Irmão Eduardo era competente e paternal sendo considerado “uma lenda para essa Escola Normal Rural! Essa escola era a menina dos seus olhos” (BALDIN, 1999, p. 142).

Documento de 1941 apresenta as especificidades do currículo da ENR da Arquidiocese que, ao lado de disciplinas⁷ propedêuticas, incluía outras de formação rural. No 1º. ano do curso, o Ensino Agrícola integrava aspectos práticos e teóricos, quando esta parte da cultura escolar ocupava, no mínimo 12h semanais, contemplando estudos de preparo do solo para horta, pomar e jardim, explicações sobre a criação e cuidados com as vacas de leite, suínos, aves e abelhas, trabalhos no campo, estábulo, pocilga, aviário bem como oficinas de ferro, madeira e couro. Nos 2º., 3º. e 4º. anos a teoria era ministrada em separado da prática agrícola. A formação nessas séries era ampliada prevendo, o estudo do solo, sua formação, estrutura e composição, propriedades agrícolas, classificação das terras do Estado, conservação da fertilidade, combate à erosão do solo, florestamento, açudagem, irrigação, culturas de proteção, adubação verde, rotação das culturas, estrumeações e rega das plantas hortícolas; culturas especiais, principalmente as de valor econômico para o Estado, tais como vinha, arroz, trigo, feijão, bulbos e tubérculos; tratamentos necessários para a defesa de suas produções, embalagem e comercialização, animais nocivos e úteis à agricultura; lições sobre a criação racional de coelhos, bichos de seda (cultura da amoreira) peixes vegetarianos de valor econômico; trabalhos práticos com maquinaria agrícola; preparo de caldas para o tratamento da horta, pomar, jardim e vegetais; preparo do fumo, farinha, vinho, banha, charque, manteiga, queijo, erva mate e frutas; tratamento dos vinhedos, pomares, hortas e jardins, desinfecção e limpeza dos aviários, colméias, estábulos, pocilgas. No 4º. ano eram ministradas lições de economia e tecnologia rural;

⁷ Reafirmo com base em Chervel (JULIÁ,2001, p.33) que disciplinas escolares não se reduzem a ensinamentos explícitos e programados mas que há escolas cujos únicos vestígios materiais preservados e disponíveis são as listagens programáticas.

elementos da pedagogia agrícola, organizações sociais, clubes escolares, cooperativas agrícolas; combate a pragas e moléstias nos animais e vegetais; noções de legislação agrícola; pequenas indústrias rurais e domésticas; trabalhos de prática no laboratório de química agrícola; preparo de misturas, de fertilizantes e usos respectivos; exercícios sobre prática pedagógica; escrituração dos estabelecimentos rurais e prática contábil bem como organização da cooperativa, da biblioteca e do museu escolar. Os professores que ministravam aulas de agricultura e zootecnia eram contratados pelo Estado e não eram religiosos maristas. Constavam também do currículo disciplinas de conhecimento geral, de formação pedagógica e teológica, como por exemplo História Geral e do Brasil, Biologia Educacional. O Instituto Champagnat era o que se poderia chamar de centro de formação pedagógica. Havia a Escola Normal de Segundo Grau ou Escolasticado e a Normal Superior para os Irmãos que já tinham experiência de magistério e lecionavam há quatro, cinco, seis anos. Vários irmãos da província do Brasil Norte vinham cursar o Normal Superior no Instituto Champagnat.

Em junho de 1945, por não desenvolver a totalidade dos estudos práticos acima descritos, a ENR foi transferida para Guaporé. Com a desocupação de parte das dependências do Instituto Champagnat, foi criada uma nova divisão no internato a partir de 1946. O “movimento generalista” mencionado em linhas anteriores explica de alguma forma o fechamento da ENR no Instituto que permaneceu como espaço privilegiado de formação de professores. A transferência de Porto Alegre para Guaporé, foi autorizada em definitivo, pela Superintendência do Ensino Normal da Secretaria de Educação, em 12 de outubro de 1946. Ao ser transferida para Guaporé a ENR localizou-se no Colégio Conceição dos Irmãos Maristas, estabelecimento este que funcionava desde 1928, e no qual a ENR existiu até 1952.

O currículo da ENR da Arquidiocese era bastante diferenciado do da Escola Normal Católica de Hamburgo Velho que formou professores para zonas rurais de imigração nos anos 20 e 30, tendo em vista o estudo de Rambo (1996, p. 126, 164, 177). Embora haja referência a técnicas agrícolas ministradas, em 1931, na Escola Normal Católica (RAMBO, 1996, p. 129) os estudos relativos ao mundo rural não estavam especificados como os encontrados na documentação remanescente da ENR da Arquidiocese. O currículo da Normal Católica era mais de cunho propedêutico. A adesão da cultura escolar da ENR da

Arquidiocese e das demais, ao projeto ruralista nacional é um dos fatores que, acrescentando modernização ao projeto de formação de professores, lhe assegura proximidade e apoio dos governantes.

Escola Normal Rural La Salle

Tendo fundado uma dezena de estabelecimentos no Rio Grande do Sul, os lassalistas instalaram-se, em 1935, em Serro Azul⁸, assumindo a Escola Paroquial Sagrada Família, em funcionamento desde 1902. Na ocasião, foi assinado um convênio entre a Sociedade Católica de Serro Azul e os lassalistas, assegurando, dentre outras condições, o respeito à cultura e às tradições alemãs da localidade. Para atender a necessidade de oferecer o ensino secundário aos filhos de colonos, foram fundados, em 1938, um internato e, em 1941, a ENR La Salle, em convênio com o Governo. Esta escola, até 1972, diplomou 493 professores rurais para a zona nordeste, missões e campanha do Estado. Seu currículo, tal como o da ENR da Arquidiocese, era organizado com o objetivo de formar professores para o ambiente rural, na fidelidade à fé cristã, acrescentando à formação do professor a do catequista.

Em escolas de zona urbana a prática em aula sempre foi valorizada como um importante recurso de formação do professor, entretanto, no caso das ENRs eram priorizadas as práticas relacionadas aos trabalhos agrícolas. Na ENR La Salle, apenas em fevereiro de 1958, 16 anos depois de instalada, foi criada uma Escola Primária Rural anexa, para a prática pedagógica. Este fato tardio, bem denota que a formação especificamente pedagógica do professor não era o centro das preocupações, ocupando um plano secundário frente à prioridade de formar para o mundo rural, numa perspectiva humanista e cristã. Os lassalistas eram os mantenedores e os professores da normal rural, havendo, inicialmente, apenas três professores leigos. A ação destes professores não se restringia ao tempo de aulas, mas preenchia todo o cotidiano dos estudantes, organizando jogos e momentos de recreação e interação esportiva para os alunos o que extrapolava, em muito, o previsto na grade curricular. A escola tinha a Granja Irmão Miguel, para o desenvolvimento de estudos de agricultura e criações, dispondo de campo de experimentação agrícola, instalações para avicultura e apicultura, local de produção de soja, leite, verduras e legumes. Os trabalhos de

⁸ Por volta de 1902 a localidade situada ao norte do Rio Grande do Sul, tinha o nome de Serro Azul, passando depois, em 1940 a designar-se Cerro Azul - tanto é que a Escola Normal Rural La Salle indica em seu nome esta localização - e, a partir de 1945, passa a chamar-se, definitivamente, Cerro Largo.

prática rural na granja traziam inovação tecnológica para toda a região, seja pelos novos maquinários e implementos agrícolas, seja pelo aperfeiçoamento zootécnico, com o que, por exemplo, a escola obteve vários prêmios em feiras e exposições agro-pecuárias com exemplares de sua criação de porcos. Para atividades de educação física dispunha de condições especiais como Pavilhão de Ginástica, Barra, Pórtico, Caixa para Salto, Basquete e Vôlei. Em 1948, o curso estava organizado com quatro anos propedêuticos e um ano técnico-pedagógico, sendo, portanto, de 5 séries com um total de 19 disciplinas. Os estudos abrangiam Religião, Português, Matemática, História, Geografia, Ciências, Agricultura, Zootecnia, Desenho, Latim, Francês, Inglês, Higiene, Biologia Educacional, Psicologia Educacional, Sociologia Educacional, Iniciação a Educação, Filosofia Científica e Pedagógica, Práticas de Educação Primária, Higiene Rural, Contabilidade Agrícola e Economia Rural. Para que a identificação com o meio rural se confirmasse, os alunos estudavam agricultura - a terra como suporte e como condição de vida de todos os seres - e zootecnia, esta voltada para o trato dos animais domésticos em geral, incluindo a suinocultura, bovinocultura, eqüinocultura. Os estudos também abrangiam a agricultura especial, como o arroz, o feijão, o milho, o trigo e a soja. Fazia parte também do currículo o ensino de adubação, química do solo, conservação do solo e sua recuperação. Eram da mesma forma contempladas informações acerca dos cuidados necessários com o desmatamento, e estudos acerca de recursos hídricos, águas pluviais e as nascentes. Embora o termo não fosse utilizado na época, a formação de professores ministrada nas ENR demonstrava preocupação “ecológica”.

Escola Normal Rural Murialdo

Uma terceira Escola Normal Rural, com sede em Ana Rech, distrito de Caxias, foi criada, em 12 de março, neste Estado mediante convênio assinado entre o Governo do Estado e a Congregação Religiosa dos Padres Josefinos de Murialdo. A Escola Normal Rural da Arquidiocese, fundada em 4 de junho de 1941, funciona no Instituto Champagnat e obedece à direção dos Irmãos Maristas; a Escola Normal Rural de Cerro Azul, inaugurada em 30 de setembro do ano findo, acha-se sob a direção da Congregação de São João Batista de La Salle (UNITAS, 1942, p. 113)

Em 1928 a Congregação dos Padres Josefinos chega a Ana Rech para assumir a paróquia. Sua vinda para a 8ª. Léguas da Colônia de Caxias era incentivada pelo Arcebispo Dom João Becker e apoiada pelo intendente de Caxias do Sul. Essa congregação havia iniciado sua ação evangelizadora no Brasil em 1915, localizando-se no Chuí e em Jaguarão, sul do Estado. Em Ana Rech, em 1929, abrem uma escola oferecendo o curso primário e o

complementar. O amplo convênio de junho de 1940 entre a Arquidiocese e a Secretaria de Educação possibilitou o mais específico, entre o Governo do Estado e a Congregação dos Padres Josefinos (UNITAS, 1942, p. 113) criando, no mesmo espírito do de 1940, a ENR de Ana Rech, em março de 1942. Nos termos desse documento a Secretaria da Educação reconhecia o estabelecimento de ensino, que se destinava à formação de professores primários para as escolas nas zonas rurais com o que se tornavam válidos, reconhecidos em todo o estado, os diplomas por ele conferidos – no total essa ENR titulou 798 professores rurais entre 1942 e 1972. A ENR da Arquidiocese, fundada em 1941, continuava sendo o modelo, a “instituição determinante” (Viñao, 2002, p. 66) no sistema educativo do Estado, que pressionava a configuração e organização da ENR Murialdo, tal como ocorria com a ENR de Cerro Largo.

O currículo da ENR Murialdo incluía as disciplinas ministradas no primeiro ciclo do ensino secundário federal, propedêutico e, as demais que fossem acrescentadas, deveriam ser previamente aprovadas pela Secretaria da Educação. A Secretaria mantinha, como nas demais ENR um professor, com funções de fiscalização e orientação na escola e os exames parciais e finais das diversas séries dos cursos propedêutico e profissional eram realizados com sua presença, o qual tinha a responsabilidade de revisar as provas escritas e avaliar as orais. A Secretaria da Educação colocava professores à disposição da escola, se solicitado pelo diretor, para reger as cadeiras de Português, História e Geografia do Brasil, Pedagogia e as matérias que não constavam no plano de estudos do primeiro ciclo do ensino secundário, sem ônus para a Escola. Pelo convênio específico, os professores diplomados pela ENR Murialdo também passariam a integrar o quadro de professores rurais do sexo masculino criado pelo Governo que subvencionaria, com um percentual aos que nela se titulassem e fossem lecionar em escolas particulares rurais.

Os candidatos à ENR deveriam ser, preferencialmente, provenientes de zona rural, havendo, tal como nas demais escolas estudadas, um processo muito detalhado de averiguação de suas condições para o magistério; nenhum “portador de deficiências” era admitido no curso de formação de professores. Atendidas as exigências documentais, o candidato submetia-se às provas de Exame de Admissão, oferecido em dezembro e fevereiro, que incluíam, avaliações orais e escritas em português e em matemática. A análise do Livro de Atas de 1942 a 1964 demonstra que numerosos candidatos se

submetiam ao Exame Admissão mas poucos eram os aprovados. A procura pelo curso da ENR Murialdo se intensifica a partir da década de cinquenta, superando dois candidatos por vaga. Não encontramos declaração explícita acerca do número de vagas de cada ano, mas o número de alunos matriculados na 1^a.série do curso permite algumas reflexões acerca da procura pelos candidatos e capacidade de atendimento e matrícula. É relevante considerar que o total de alunos da 1^a. série a cada ano incluía os alunos reprovados, ou seja, os que estariam “repetindo o ano”, além dos que, tendo se submetido ao Exame de Admissão, estavam aprovados e, em condições de freqüentar o curso. A repetência na 1^a. série do curso era bastante freqüente, com o que as séries seguintes ficavam, muitas vezes, esvaziadas. Assim, nos anos de 1946 e 47, alunos da 2^a. série foram transferidos para a ENR de Guaporé, a não ser os que não foram aprovados e repetiram a 1^a. série. Assim pode-se deduzir que por alguns anos a ENR Murialdo fazia seleção atraindo candidatos de sua região, mantinha a 1^a. série do curso, mas os alunos eram transferidos para a de Guaporé para continuar o curso. No início dos anos 50 essa situação modifica-se sendo o curso totalmente realizado na ENR Murialdo em Ana Rech.

O convênio entre a Secretaria de Educação e a ENR Murialdo, portanto, não foi suficiente para assegurar um funcionamento contínuo e consistente procura, nos anos iniciais de funcionamento dessa ENR tendo ocorrido na ENR de Ana Rech, fenômeno semelhante ao da ENR da Arquidiocese de transferência de alunos para Guaporé. Isso permite conjecturar que a distribuição de ENR no interior do Estado era estratégica para captação de alunos de zonas de imigração. Por outro lado, a mediação que as lideranças religiosas ofereciam propiciava a circulação de alunos entre diversos estabelecimentos desta natureza, todos igualmente apoiados pelo Governo do Estado com convênios e bolsas de estudos para seus alunos, embora estas bolsas não fossem extensivas a todos os alunos pois havia também os externos e os semi-internos nestes estabelecimentos.

Elementos conclusivos

As análises realizadas encaminham para a compreensão que as ENRs no Rio Grande do Sul constituíram-se a partir de uma confluência de forças e interesses. No plano nacional as discussões entre educadores e políticos veiculavam idéias de ruralismo, interiorização e contenção de migrações de populações rurais para zonas urbanas bem como de nacionalização e integração de descendentes de estrangeiros à cultura nacional. Idéias

que constituíam uma visão idílica da vida rural mas que também atribuíam uma conotação pragmática à escola rural e à formação do professor para nela atuar. A formação do professor líder das comunidades rurais e inovador nas práticas agrícolas deveria dar-se, entretanto, em estabelecimentos de ensino com uma cultura escolar específica, as ENRs que, no Estado estiveram, no momento de sua criação, diretamente vinculadas à Igreja Católica e ao projeto de nacionalização de populações imigrantistas. Aplica-se aqui a idéia da supranacionalidade da Igreja Católica apresentada por Isaia e referida em Silva (2003, 353) que a constituía em instituição eficientemente funcional para mediar a integração aos valores da nacionalidade brasileira de grupos de quaisquer outras nacionalidades, o que lhe atribuiu um lugar proeminente na construção da identidade nacional. As ENRs foram concebidas com importante papel neste processo de constituição da nacionalidade brasileira.

A urgência de enfrentar a desescolarização em zonas rurais provocada pelas propostas de nacionalização do ensino e a necessidade de recompor estratégias de formação e acompanhamento espiritual de populações rurais por parte da Igreja, integradamente à escolarização, exigiram um projeto de articulação Igreja-Estado quanto a formação do professor. Estas articulações se constituíram convergentemente com os discursos ruralistas de âmbito nacional e se forjaram na base de rupturas e lutas entre projetos divergentes de grupos de católicos.

A iniciativa do Arcebispo de Porto Alegre converteu o fechamento de escolas paroquiais e da Escola Normal Católica de Hamburgo Velho não numa perda mas em espaço de visibilidade e poder para a Igreja Católica pelos convênios assinados com o governo do Estado e manutenção do projeto de formação do professor rural católico e imbuído dos ideais nacionalistas. Embora o Estado se desresponsabilizasse da ação direta de formação de professores, assegurava um certo controle do processo, instituindo uma fiscalização dentro das ENRs, dando apoio financeiro - bolsas de estudo-, muitas vezes pagando professores de certas matérias e conveniando-se com ordens e congregações religiosas com a mediação da Cúria Metropolitana. O caráter rural destes estabelecimentos se constitui pela sua localização, currículo e pelas estratégias de recrutamento. A não ser a ENR da Arquidiocese, todas as demais estavam situadas no interior do estado e a importância da localização rural pode ser uma explicação para o breve funcionamento da

ENR da Arquidiocese, em Porto Alegre, e a sua transferência para Guaporé. A cultura escolar específica e diferenciadora da ENR em relação as demais escolas de formação de professores da época constituía-se de elementos teórico-práticos de educação agrícola o que exigia que os estabelecimentos de ensino contassem com espaço de campo para as práticas agrícolas e zootécnicas. Os estudos agro-pecuários e a cultura escolar destes estabelecimentos marcam uma importante convergência entre os discursos, veiculados em âmbito nacional em congressos de educadores, presentes nas políticas públicas educacionais do período e os emitidos pela Igreja do RGS, todos destacando o ruralismo, o patriotismo⁹, a importância da escola rural e a necessidade de formação específica do professor para a zona rural sem descuidar a formação espiritual. As candidaturas para as ENRs necessariamente estavam vinculadas à comprovação da origem rural dos candidatos, bem como a adesão ao catolicismo¹⁰, não havendo exigências de vinculação da candidatura com um certo grau de proximidade entre residência e escola. Estas características de recrutamento das ENR possibilitavam sua visibilidade em todo o Estado e em outros da federação. Embora as políticas de recrutamento fossem operacionalizadas por procedimentos localistas – com a concorrência de párocos e prefeitos –, as ENRs se desvinculavam em sua forma de funcionamento da comunidade de origem dos candidatos e da abrangência do município em que se situavam. Havia uma articulação entre as diferentes ENRs que favorecia a circulação de alunos entre as mesmas e a operacionalização do projeto de formação do professor rural.

Referências

- BALDIN, Agostinho (org) **Coleção Vidas Ofertadas. Irmãos Maristas**. Florianópolis: UCE, 1999. Vol II.
- COSTA, Maria José F. F., SHENA, Denílson R., SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **I Conferência Nacional de Educação**, Curitiba, 1927. Brasília: INEP, 1997.
- FIGUEIRÊDO, Haydée G.F. **Curso Normal Rural de Cantagalo**. Rio de Janeiro: PUCRJ, 1991. (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Curso de Mestrado, 1991)
- JULIÁ, Dominique. A Cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, n.1, p.9 – 44, jan./jun.2001.

⁹ Uma face da presença e resignificação destes discursos é expressa, por exemplo na materialidade do Diploma de Honra emitido por uma das ENR, atestando procedimento exemplar, assiduidade e aplicação durante o ano letivo de 1945, confeccionado em cartolina, com moldura em arabescos coloridos contendo as inscrições “J.M.J., Deus, Ciência, Pátria, Civismo, Viva Cristo Rei”..

¹⁰ Os professores rurais deveriam proclamar a fé nas comunidades em que trabalhassem assemelhando-se aos atuais ministros leigos da Igreja.

KREUTZ, Lúcio. A nacionalização do ensino no Rio Grande do Sul: medidas preventivas e repressivas. **Fronteiras**: Revista Catarinense de História. Florianópolis, n.13, p. 68 – 89, nov. 2005.

----- **Professor paroquial**. Magistério e imigração alemã. 2.ed. Pelotas: Seiva, 2004.

MAGALHÃES, Justino. Contributo para a história das instituições educativas a memória e o arquivo. IN: FERNANDES, Rogério, MAGALHÃES, Justino (org). **Para a história do ensino liceal em Portugal**. Braga, PT: Universidade do Minho, 1999, p. 63 – 77.

MONARCHA, Carlos. **A obra de Sud Mennucci**. 2006. mimeo.

RAMBO, Arthur B. **A escola comunitária teuto-brasileira católica**: a Associação de Professores e a Escola Normal. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1996.

SILVA, Neli S. T. **A compreensão jesuítica da identidade (étnica) teuto-brasileira católica rural no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Unisinos, 2003. (UNISINOS, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Tese de doutorado)

SOUZA, José Boaventura de. **Escola Normal Rural de Juazeiro**: uma experiência pioneira. Juazeiro do Norte/CE: IPESC, 1994.

SOUZA, José Coelho. **Denúncia**. Porto Alegre: Thurmann, 1941.

TAMBARA, Elomar. Estado, Igreja e Educação: Urbi et Orbe. **XXVIII Reunião Anual da ANPED**, Caxambu/MG:Anped, 2005, p. 1 – 15.

UNITAS, Revista da Província Eclesiástica. Porto Alegre: Tipografia do Centro. (Foram consultados os números de 1939 a 1947).

VIÑAO, Antonio. **Sistemas educativos, culturas escolares y reformas**. Madrid: Morata, 2002.

WERLE, Flávia O C., BRITO, Lenir Marina de Sá. O professor e a escola para a zona rural: concepções e desdobramentos em uma escola normal rural. **Contexto e Educação**, Ijuí, ano 21, n. 75, p. 109 – 130, jan./jun. 2006.

WERLE, Flávia OC. Escola Normal Rural no Rio Grande do Sul: história institucional. **Diálogo Educacional** Curitiba, PUCPR, v.5, n.14, p. 35 – 50, jan./abr.2005.